



ESTADO E LUTAS SOCIAIS LGBT'S¹: DESAFIO PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS POR UMA POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO À HOMOFOBIA

Elton Santa Brígida do Rozario²
Doroteia dos Santos Mesquita³

Resumo: Este trabalho objetiva uma breve reflexão da atual conjuntura dos movimentos sociais de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT, no que cerne as lutas sociais e os caminhos traçados na atualidade, dentre suas principais pautas e lutas sociais. Especificamente os movimentos sociais LGBT's da Região Metropolitana de Belém do Pará, todavia aglutinando o desafio regional ao cenário nacional do movimento de combate ao preconceito e discriminação aos sujeitos. Isto é, descrição das conquistas sociais, políticas e culturais, e desafios históricos que esses movimentos vem encontrando no século XXI no Brasil e a relevância da ampliação de Políticas Públicas como ferramenta de enfrentamento à cultura machista e Homofobia.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Políticas Públicas, Homofobia.

1- INTRODUÇÃO

Historicamente, a sexualidade humana tem sido tema de grande relevância, entretanto, permanecia na invisibilidade e desconhecimento. De acordo com Foucault (1984), “o próprio termo sexualidade surgiu tardiamente, no início do século XIX”. A homossexualidade surgiu das disfunções e comportamentos que se afastam da heterossexualidade tradicional, num contexto social divergente da atualidade que historicamente exterioriza profundas transformações, no que cerne a cultura, moral, religiosidade e família.

Discutir acerca da homossexualidade e proporções que fomentam o debate em torno de sua magnitude é algo de suma importância em si, e para o conhecimento científico nas correlações de forças que partiram de um cotidiano de experiências, isto é,

¹ Atual nomenclatura para designar a orientação sexual de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

² Acadêmico de Serviço Social do 7º semestre da Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: eltonsanta@hotmail.com

³ Acadêmica de Serviço Social do 7º semestre da Universidade Federal do Pará. E-mail: doraquita29@hotmail.com

valores culturais que são construídos a partir das relações sociais vivenciadas no qual hoje objetivamos sistematizar, buscando um conhecimento científico, pautado do empírico para teoria e valores históricos e culturais da sociedade.

A violência, o preconceito, e a discriminação aos grupos de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBT's) é algo bastante atual, e traz consigo uma “cultura machista” e uma hierarquização do gênero sexual. Atualmente, percebemos a banalidade da violência contra o ser humano, violência que estampam os cadernos policiais dos principais jornais do Estado do Pará e do Brasil, expondo violências físicas e simbólicas cujo seus agentes na maioria estão impunes até hoje.

Dados de principais ONGs LGBT's mostram que a violência contra esses grupos crescem a cada ano, números crescentes que alertam para tamanha expressão e percebemos a real necessidade de políticas públicas eficazes por meio do Estado, principal interventor do cidadão e produtor de mecanismos que venham tentar enfrentar o fenômeno social da homofobia ou menos minimizar tamanha violação sofrida por cidadãos LGBT's.

2- REFLEXOS DA DIVERSIDADE CULTURAL

Para discutirmos acerca da livre orientação sexual humana em uma visão global, e especificamente na sociedade brasileira, trabalhamos com o conceito da cultura e sua transversalidade a partir de um conceito antropológico. Seu sentido torna-se complexo e inclui-se em um universo de conhecimento das Ciências Sociais e Humanas, dentre as investigações das relações sociais, crenças, artes, costumes, sexualidade, etc da sociedade. Todavia perpassa por um fenômeno mundial, cujos valores são formados desde os primórdios da humanidade, isto é, relações que são re-formulados de civilização para civilização, oriundo de um transcendentalismo histórico.

Segundo Laraia (1997) a nossa herança cultural é desenvolvida através de inúmeras gerações, e sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento humano daqueles que agem fora dos padrões aceitos pelas comunidades, padrões frutos de valores culturais normativos. O autor nos traz como exemplo um homossexual que corre riscos de agressões físicas e psicológicas, ao ser identificado em uma via pública, que além de ter sofrido tamanha violência ainda foi objeto de termos depreciativos.

Para Laraia (1997) o fato de que o homem vê o mundo através de sua cultura tem como consequência a propensão em considerar o seu modo de vida como o mais correto e mais natural, isto é, etnocentrismo cujas consequências refletem nos conflitos

sociais, preconceito e discriminação daqueles que não seguem as normas e padrões imposta por uma sociedade machista.

2- BREVE HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS LGBT'S

A atual conjuntura dos Movimentos LGBT's encontra-se no seio de uma nova reestruturação da sociedade e mecanismos do Estado neoliberal brasileiro. Dentre elas a discussão teórica de democracia popular e lutas sociais emancipatórias de uma série de grupos sociais.

Para Rodrigues (2009), no caso brasileiro, a minimização do Estado deu-se, ou inicia-se paralelamente, ao avanço do processo de democratização, mais precisamente, quando em países mais desenvolvidos - e alguns deles com poder de influência nas questões internas brasileira - apregoavam o fim do Estado do Bem-estar, no Brasil estava em movimentos de lutas por direitos políticos, civis e sociais.

De fato, muito desses direitos foram reconhecidos em lei, principalmente na constituição de 1988. Os movimentos LGBT's brasileiros surgidos em meados do século XX sofreram grandes influências do movimento norte-americano, isto é, resultado de uma gama de preconceitos, violências, discriminações e agressões físicas e morais que lésbicas, gays, bissexuais e transexuais que na noite de 28 de junho de 1969 em Nova York, sofreram intensas repressões policiais, no obstante os LGBT's passam a reivindicar direitos e liberdade junto ao Estado repressor, esse marco histórico ficou conhecido com a *Revolta de Stonewall* e no obstante a própria conjuntura de lutas da América Latina no qual herdaram o sentimento de lutas sociais, igualdade e a busca de respeito social resultado deste acontecimento.

A partir da década de 70 do século XX, os Movimentos LGBT's apresentam uma conjuntura acentuando uma série de planejamentos de combate a inúmeras violências e relatos de homicídios sofridos por pessoas que fugiam de uma regra moral pautado na heterossexualidade normativa, aludindo a partir daí um cronograma de atividades e pautas de lutas em busca de Políticas Públicas, no entanto, os movimentos deparavam-se com um Estado autoritário e militar que dificultava a própria militância e que, ao mesmo tempo, davam-lhe fôlegos para o fortalecimento dos militantes.

Na efervescência do movimento LGBT surgia uma das grandes referências históricas, isto é, o Jornal *Lampião da Esquina*⁴, no qual era destinado ao público LGBT

⁴ Jornal Lampião da Esquina foi uma das primeiras grandes publicações destinadas ao público homossexual no Brasil. O Movimento gay de Minas/MGM disponibiliza em seu acervo algumas edições do Lampião da Esquina para consultas. Disponível em <http://www.mgm.org.br/portal/modules.php?name=News&file=article&sid=94>.

no final da década de 1970, no Rio de Janeiro e publicado em diversas cidades do Brasil, trazia consigo uma linguagem acessível e muita das vezes irônica e rico em um leque de discussão e exposição, dentre eles debates, artigos, entrevistas e denúncias. Encerrando sua última publicação em 1981 às vésperas da redemocratização e construção da Constituição de 1988 do Brasil.

A partir da década de 1980, os movimentos sociais em geral com novas configurações em meio à sociedade e o Estado, cristalizam ideias - via projetos - com o objetivo de possibilitar o diálogo entre militância e governo. Conforme Viana (2000, p. 38)

[...] o país ensaiava novos passos rumos a uma democracia frágil. Os espaços de construção de novas entidades eram múltiplos. Mulheres, operários, estudantes, meninos de rua, CEB's, homossexuais, negros, índios, ecologistas, pacifistas e tantos outros protagonistas de manifestações coletivas revelaram um país em ebulição, com variados problemas, a exigir do poder público novas práticas políticas que incorporassem as preocupações desses setores [...].

Destaca-se a partir da década de 1990, uma efervescência do movimento LGBT, isto é, apresentando-se ao cenário de um Estado democrático. Esses movimentos passam a expandir-se em todo o Brasil surgindo um movimento heterogêneo, cuja diversidade está pautada na pluralidade intrínseca LGBT. Surgem Associações baseadas na própria diversidade homoafetiva, fragilizando a bandeira de luta de suas origens.

Atualmente, os movimentos LGBT's passam a ter uma representatividade parlamentar, agendas junto ao Governo e diálogo entre lideranças políticas que se aproximam com ideologias político-partidárias. Todavia, esta forma de "diálogo" entre Estado e movimentos sociais acaba por influenciar em uma nova roupagem e associativismo, cuja neutralidade da época de origem passa a serem corrompidas, entretanto, essas iniciativas de aproximação entre os atores sociais, ganham visibilidade através das conquistas e projetos de combate a homofobia, isto é, um olhar de sujeitos de direitos.

2.1- Conquistas e desafios frente o estado neoliberal: Brasil e Estado do Pará e a atual conjuntura de lutas sociais do movimento LGBT.

A atual Política Pública voltada para os cidadãos LGBT's brasileiros, destaca-se por sua evolução uma vez que, historicamente o Estado jamais tinha dado um salto emancipatório no sentido de políticas para uma livre orientação sexual.

Para tanto, a primeira década do século XXI é possuidora de grandes conquistas e desafios para o movimento LGBT, trazendo consigo o agir e planejar dos governos por meio de planos, programas e projetos de combate à homofobia.

O plano plurianual de 2004 a 2007, da Secretaria Especial em Direitos Humanos, através de vários programas, especificamente “O Brasil sem Homofobia”, criou programas de ação com objetivo de promover a cidadania, na promoção e combate à discriminação aos LGBT’s, isto é, foi formado um conjunto de articulações ligado às secretarias de saúde, educação, segurança, justiça e cultura, todavia, seu fortalecimento atua junto as instituições governamentais/não governamentais e os movimentos sociais.

Ademais, o Programa articula-se através de redes sociais ligadas às instâncias estaduais e municipais que na sua maioria por si só já apresentam projetos, legislações e ações LGBT’s. Contudo, houve uma intensa criação de núcleos e os Centros de Referência e Combate a Homofobia em quase toda territorialidade brasileira.

Dentre eles, destaca-se o estado do Pará que, a partir de 2008, com a elaboração do Programa “Pará sem Homofobia”, ligado ao programa Federal, visou os mesmos objetivos do programa nacional. No entanto, salvo algumas peculiaridades da região norte, através do Programa foi criado a Coordenadoria de Livre Orientação Sexual, sediado na Secretária de Justiça em Direitos Humanos do Estado do Pará e Defensoria Pública do Estado do Pará, e implantou-se o Centro de Referência de Combate e Proteção a Homofobia, composto por uma equipe multidisciplinar que atendem pessoas vítimas de violência física e psicológica, discriminação sexual e preconceito. Atualmente, o Pará compõe legislações, portarias e decretos que visam o direito a cidadania independente da orientação sexual.

O Estado do Pará segue em conquistas e pioneirismo na cidadania LGBT no norte do Brasil, dentre eles, destaca-se a portaria da Secretaria de Estado de Educação do Pará que garante, desde 2009, a utilização do pré-nome social de travestis e transexuais em toda rede pública no ato de sua matrícula; criação da lei nº 6.971 de 2007, o qual dispõe a proibição de benefícios fiscais e financiamentos a empreendimentos comerciais, industriais ou de serviços que discriminem cidadãos quanto a sua orientação sexual; o decreto de 21 de maio de 2009 cujo objetivo é a liberdade de utilização do nome social independente do registro civil na administração pública do Estado do Pará; Plano de enfrentamento da epidemia de AIDS e das DST’s na população LGBT ligado ao Ministério da Saúde cujas atividades de planejamento iniciaram-se em 2011 e a criação do Comitê Gestor do Plano estadual de Segurança

Pública de Combate a Homofobia, no qual visa o enfrentamento a violência contra travestis e transexuais que se prostituem na Região Metropolitana de Belém-RMB.

Destacar os avanços políticos, conquistados pelos movimentos sociais parece-nos vislumbrar uma idealização rica e enaltecida, decerto a atuação e eficácia desses projetos são desafios tanto para o movimento como para os LGBT's. No qual em tempos distantes jamais se imaginariam outra forma de planejar e organizar políticas públicas, e o que dizer no papel dos governos? Que recebem votos independentes de classe social, cor, grau de escolaridade ou orientação sexual e são regidos pela Constituição Federal de 1988, tem definido que todos são iguais perante as leis.

Debates sobre políticas públicas implicam responder à questão sobre espaço que cabe aos governos na definição e implementação de políticas públicas (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 71). E determinadas políticas apresentam-se ligadas em redes, ressaltando a relação entre Estado e sociedade civil organizada.

Os movimentos sociais LGBT's brasileiros do século XXI, jamais serão os mesmos desde a efervescência na década de 1980, pois a realidade atual nos mostra que esses movimentos seguem agendas ligadas a interesses próprios.

Todavia a partir da década de 1990 com o avanço de neoliberalismo, o movimento social brasileiro passa a reformular seu processo de mobilização, de certo que “o associativismo predominante nos anos 90 não deriva de processos de mobilização de massa, mas de processos de mobilização pontuais...” (GOHN, 2007, p. 17).

Ademais, deve-se ressaltar o protagonismo LGBT, que estão nas ruas, passeatas, paradas gays e campanhas educativas, isto é, a busca insaciável por uma sociedade mais justa que apesar de todo contexto traz um histórico de lutas e conquistas, apresentando-se com nova roupagem e intuito da construção de parcerias nacionais e internacionais. As conquistas que perpassam pelo universo jurídico até o seio familiar conscientizam-nos de que o trajeto é grande, e os desafios maiores ainda.

O movimento luta por visibilidade e dignidade cidadã, pois, o direito universal é um bem intransferível. O que para Gohn (2007) a participação cidadã não se restringe ao direito ou voto, mas constrói o direito à vida do ser humano como um todo, cujo Estado e sociedade civil vem construindo desde a redemocratização brasileira.

O ideário da festa LGBT mais antiga da cidade de Belém impulsionou a criação de diversos movimentos, criou um modelo a ser seguido por dezenas de entidades que, desde então, são espalhadas na região paraense dentre ele os principais: o Movimento

LGBT, o Grupo de Homossexuais do Pará (GHP), ONG COR (Cidadania, Orgulho e Respeito), Grupo Pela Livre Orientação Sexual (APOLO) e o Grupo de Travestis e Transexuais de Belém (GRETТА). Os movimentos vêm sofrendo constantes críticas, no que diz sua neutralidade e autonomia, devido muitos participarem de programas governamentais e possuírem afinidades com determinados partidos políticos e governos. O maior desafio dos movimentos LGBT's está na estrutura de formação, independência e olhar crítico nas políticas públicas.

Conforme Viana (2000, p.43):

[...] Muitos incorporaram posturas colaboracionistas, enfraquecendo sua autonomia. Muitos perderam em combatividade e em legitimidade, afastando-se de suas bases; outros sustentaram-se à custa de benesses do Estado, reproduzindo posturas políticas clientelistas [...].

3- AVANÇOS E CONSOLIDAÇÃO DO “PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA” A CRIAÇÃO DA PL/122/2006.

Após décadas de lutas sociais, os militantes e o público LGBT, conquistam uma visibilidade perante as políticas públicas brasileiras. Em novembro de 2004 o Governo Federal, estruturado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República- SEDH, em parcerias com demais Secretarias nacionais implantou o Programa “Brasil sem Homofobia”, cujo objetivo é desenvolver uma política de combate à violência física e psicossocial, preconceito, discriminação e violação aos Direitos Humanos, isto é, uma conquista histórica, no qual perpassa a uma discussão de sujeitos de direitos.

O programa foi estruturado em um plano plurianual entre 2004 e 2007, divididos em princípios básicos e programas de ações, articulados em uma política de promoção dos direitos LGBT's entre várias regiões e Estados do Brasil, dentre elas criações e manutenções de “Centros de Referências de Prevenção e Combate à Homofobia” centrado na cidadania.

Debates sobre políticas públicas implicam responder à questão sobre o espaço que cabe aos governos, na definição e criação de políticas públicas. Não se defende aqui que o Estado (ou governos que decidem e implementam políticas públicas ou outras instituições que participam do processo decisório) reflete tão somente as pressões dos grupos de interesse, como a versão mais simplificada do pluralismo (BEHRING E BOSCHETTI, 2008, p. 71).

No que dizer do Projeto de Lei nº 122/06 de autoria da ex. deputada Federal Lara Bernardi PT/SP, cujo objetivo prever alterações na lei 771/89, no qual estende punições também a qualquer tipo de preconceito e discriminação de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. O projeto encontra-se desde 2006 no arquivo do senado e vem sofrendo grandes retaliações por bancadas de parlamentares de ideários religiosos, conservadores e críticos.

O objetivo primordial é a criminalização da Homofobia, ademais, uma forma de punir os diversos assassinatos de milhares de homoafetivos que foram - e ainda são - vítimas de tamanha atrocidade por não terem o direito de uma livre expressão de suas sexualidades, e até hoje tais crimes encontram-se impunes, conforme dados de organizações Brasileiras que buscam pesquisar dados e informações acerca de pessoas LGBT's vitimizadas.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Inicia-se a segunda década do século XXI e percebemos inúmeras conquistas dos movimentos sociais e dos atores sociais que tiveram um marco no que diz a criação de políticas, incentivos e parceria aos segmentos LGBT's.

De certo percebemos que esses avanços estão a quem dos objetivos e metas das lutas sociais a serem alcançadas, isto é, uma sociedade livre de preconceitos e sem visões alienadas, com base em valores morais-religiosos conservadores, que acaba por dificultar e boicotar legislações propícias aos direitos sociais básicos dos homoafetivos e a erradicação de qualquer tipo de discriminação por orientação sexual.

Em meio às lutas sociais, percebemos os dois principais protagonistas sociais, de forma singela e atenuada, de um lado o Estado interventor e de outro os movimentos sociais, mas sem a mesma conjuntura de suas raízes, decerto que as atuais políticas públicas e sociais não foram alcançadas por puras iniciativas estatais, mais sim por inúmeras lutas, que em sua longa trajetória conquistou êxitos e derrotas, e atualmente vem construindo agendas de discussões e planejamento político.

Atualmente, o movimento LGBT fundamenta-se em sua memória histórica que fora construída a partir de ideários pessoais, ampliando-se para as lutas sociais coletivas, que vem crescendo cada vez mais e construindo diversos projetos sociais, cujo são resultados de conquistas, formação crítica desses militantes e o Estado vêm dando-lhes espaços para diálogo conforme muitas lutas. O caminho percorrido pelo movimento é grande, e maior é o trajeto em que eles se encontram, para a construção de uma

sociedade mais justa e sem a hierarquização pautada em uma cultura de padrões normativos.

5- REFERÊNCIAS

BERHRING, Elaine Rosseti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 4º Ed, vol 2, São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine R. BOSCHETTI, Ivanete. MIOTO, Regina C. T. SANTOS, Silvana M S. **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL, Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, p. 1-31, 2004. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf> acesso em 05/02/11.

FERNANDEZ, Osvaldo. Homossexuais, cidadania e direitos humanos no Brasil. In **Direitos Humanos: percepções da opinião pública**. 1º Ed. Brasília-DF, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. P. 115-130, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 18º ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988

_____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. 12 º ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 º ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores**. 2ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 11º Ed . Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1997.

MACHADO, Frederico Viana. PRADO, Marco Aurélio. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

MAGNAVITA, Alexey Dodsworth. Identidade Gay e os preconceitos que cerceiam a tolerância. **FILOSOFIA Ciência & Vida**. São Paulo, ano II, nº 22, p.14-23, 2008

RODRIGUES, Olinda. Democracia na sociedade contemporânea: breves considerações. In **Desafios Contemporâneos para o Serviço Social**. 1º Ed. Belém-PA, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas.UFPA, p. 63-90, 2009.

VIANA, Marislene Rocha. Lutas sociais e redes de movimentos no final do século XX. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº64. São Paulo: Cortez, 2000.